



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

1 265  
h

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Recurso de Agravo em Apelação nº 0329132-5 - 1ª Vara Cível da Comarca de Pesqueira.

Agravante: Telemar Norte Leste S/A.

Agravada: Maria Lúcia Coelho Aguiar.

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO LEGAL. DECISÃO QUE, COM BASE NO ART. 557, CAPUT, CPC, NEGOU SEGUIMENTO A APELAÇÃO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO ANTE AS CIRCUNSTÂNCIAS DA CAUSA. NEGATIVA MONOCRÁTICA DE SEGUIMENTO. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.**

1. Em conformidade com o disposto no caput do art. 557 do CPC, é permitido ao relator negar provimento, monocraticamente, a recurso manifestamente improcedente. Tal sistemática visa apenas desafogar as pautas dos tribunais, possibilitando, assim, maior rapidez nos julgamentos que, de fato, necessitem de apreciação do órgão colegiado. Precedente STJ.

3. Com efeito, "não há falar em violação do princípio da colegialidade se a decisão monocrática foi proferida com fundamento no caput do artigo 557 do Código de Processo Civil, que franqueia ao relator a possibilidade de negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior". (AgRg no REsp 1347816/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 26/11/2013, Dje 12/12/2013)

3. Fica evidente que a falha na prestação do serviço decorreu de causa atribuível tão-somente à Agravante - TELEMAR NORTE LESTE S/A, que cancelou e retirou a linha da recorrida sem justificativa. Em casos como o presente, o próprio ato ilícito apresenta-se como ensejador do dano.

4. Dano moral *in repsa*. Em conformidade com a documentação colacionada aos autos, restou evidenciado o agir ilícito da empresa ré. Manutenção da decisão recorrida que fixou a indenização em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para a autora, a título de danos morais. Tal valor encontra-se aquém do fixado na jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça, entretanto, deve ser mantido, uma vez que não houve recurso da parte autora para a majoração do *quantum*.

5. Unanimemente, negou-se provimento ao Agravo.

**ACÓRDÃO**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

---

2 266  
H

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0329132-5, em que figuram como Agravante **Telemar Norte Leste S/A.** e como Agravada **Maria Lúcia Coelho Aguiar**, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo integralmente a decisão impugnada. Tudo conforme a ementa, e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 29.05.14

*Marcio Aguiar*

Juiz Márcio Aguiar  
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

1  
267  
M

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Recurso de Agravo em Apelação nº 0329132-5 - 1ª Vara Cível da Comarca de Pesqueira

Agravante: Telemar Norte Leste S/A.

Agravada: Maria Lúcia Coelho Aguiar

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

**RELATÓRIO:**

Telemar Norte Leste S/A. apresenta o presente recurso de Agravo Legal, nos termos do art. 557, §1º, do Código de Processo Civil, contra decisão monocrática que negou seguimento à apelação cível interposta por esta agravante, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC (fls. 229/234), por sua manifesta improcedência.

Em suas razões recursais, aduz o recorrente, em síntese, que, i) a prolação de decisão monocrática, no caso dos autos, negando seguimento à apelação, teria ferido o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição; ii) a agravante, como delegatária de serviço público, teria presunção de legalidade de seus atos; iii) as cobranças injustamente questionadas seriam legais; iv) não existe qualquer nexo de causalidade entre sua conduta e o ilícito perpetrado; v) estão ausentes os requisitos à condenação por danos morais; vi) o valor arbitrado a título de danos morais não seria razoável ou proporcional.

Pugna, ao final, pelo provimento do presente recurso com a reforma da decisão agravada, no sentido de afastar a condenação estampada na sentença e acórdão proferidos pelo e. Tribunal. Alternativamente, que haja a diminuição do valor fixado a título de danos morais, ou ainda, que seja alterado o termo *a quo* para incidência dos juros moratórios fixados passando da citação válida para o arbitramento.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência da ora recorrente, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório.

**VOTO:**

Uma exata compreensão da questão trazida por este recurso é suficiente com a transcrição da decisão monocrática, ora hostilizada:

mf

**DECISÃO TERMINATIVA:**

Cuida-se de apelação cível interposta pela TELEMAR NORTE LESTE S/A contra sentença da lavra do M.M Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Pesqueira (fls. 120/122) que, nos autos da ação de indenização por danos morais c/c obrigação de fazer, julgou procedente a pretensão inaugural para condenar a empresa TELEMAR NORDESTE LESTE S/A a restabelecer a linha telefônica da demandante, bem como no pagamento de R\$ 2.000 (dois mil reais) a título de danos morais.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

2

268  
1

Houve condenação da demandada em verbas de sucumbência, incluídos os honorários advocatícios, fixados em R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), conforme o Art. 20, §4º, do Código de Processo Civil.

Fundam-se as razões recursais, sucintamente, na ausência de ato ilícito, não havendo que se falar em indenização por danos morais, e sim meros aborrecimentos. Pugna, alternativamente, pela redução do quantum arbitrado.

Sem contrarrazões.

É, em suma, o que importa relatar.

Examino.

De proêmio, verifico que a matéria de mérito posta ao Colegiado deverá ser julgada nos moldes do art. 557 do CPC, o qual prevê diversas hipóteses que, configuradas, habilitam o relator a julgar monocraticamente os recursos interpostos das decisões proferidas nas ações judiciais.

Pois bem. Presentes os requisitos de admissibilidade, porquanto há interesse recursal, o recurso é tempestivo e encontra-se devidamente preparado, cumpre-se examinar a pretensão ora deduzida.

Cinge-se a controvérsia em aferir a legalidade da conduta da concessionária de telefonia - TELEMAR NORTE LESTE S/A - em cancelar a linha telefônica da autora de nº (81) 3835-1246 sem motivo aparente.

Inicialmente, enfatizo que, no presente caso, estamos diante de uma relação de consumo, sob a aplicabilidade das normas contidas no Código de Defesa do Consumidor. Em se tratando de relação de consumo, uma vez que o fato originário é uma prestação de serviços, cabível a inversão do ônus da prova, conforme dispõe o artigo 6º, VIII do CDC.

Dito isto, o que cabia à empresa apelante era o ônus de provar que as alegações da autora não condizem com a verdade, entretanto, assim não procedeu.

Restou demonstrado nos autos, vez que a autora juntou faturas telefônicas, que confirmam o pagamento das mesmas mediante débito automático em conta corrente (fls. 113/119).

Alega a demandante que foi informada que teria que mudar de linha telefônica, eis que o número já se encontrava em utilização em outra residência através de serviço de internet banda larga.

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

3 269  
A

Observa-se que a linha telefônica objeto do litígio, pelo que consta nos autos, foi bloqueada e cancelada por falta de pagamento, conforme os documentos acostados pela concessionária de telefonia.

Pois bem.

Ocorre que há comprovantes de pagamentos com as respectivas faturas acostadas, revestindo-se, assim, de verossimilhança os fatos alegados na inicial.

Não há controvérsia de que o cancelamento com a consequente retirada da linha telefônica foi feita de maneira indevida.

Sendo assim, torna-se evidente que houve falha na prestação do serviço, decorrente de causa atribuível tão somente à Apelante - TELEMAR NORTE LESTE S/A, que cancelou e retirou a linha da recorrida sem justificativa.

É cediço que quem desenvolve determinada atividade com intuito lucrativo, deve também assumir o ônus desse ofício. A postura de vítima diante dos obstáculos superáveis é incompatível com a natureza e com a dimensão do serviço público que se propôs a prestar.

Resta então aferir se a falha causou os danos reclamados na peça vestibular.

Em casos como o presente, o próprio ato ilícito apresenta-se como ensejador do dano.

Como realçam a doutrina e a jurisprudência, no dano moral o que se penaliza é a culpa de quem o originou, sendo significativo consignar que, in casu, o nexo de causalidade entre o atuar desastrado e reprovável da apelante e o evento danoso experimentado pela recorrida está perfeitamente caracterizado.

Vejamos o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Pátrios, bem como deste Egrégio Tribunal em casos análogos:

**APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. SERVIÇO DE TELEFONIA. INTERRUÇÃO. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO.** A interrupção no fornecimento do serviço de telefonia sem motivo justificado e não restando prestadas as devidas informações por parte da concessionária do serviço caracteriza dano moral a ser indenizável. **APELAÇÃO PROVIDA, EM PARTE.**

(TJ-RS - AC: 70054972617 RS, Relator: Bayard Ney de Freitas Barcellos, Data de Julgamento: 25/09/2013, Décima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/10/2013). Grifos

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

4

240  
A

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - CDC- RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO MONOCRATICAMENTE- FUNGIBILIDADE DE AGRAVOS REGIMENTAL E LEGAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 042 do TJPE. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, COM PEDIDO LIMINAR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. BLOQUEIO DE LINHA TELEFÔNICA. DANO MORAL CONFIGURADO. 1-In casu restou incontroversa a falha na prestação do serviço, na medida em que as linhas telefônicas do consumidor foram canceladas de forma equivocada pela prestadora de serviço. 2-Em se tratando de típica relação de consumo, o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços (art. 14 do CDC). 3-A infração contratual de bloqueio das linhas telefônicas enseja o dever de indenizar a título de dano moral. 4-Fixação do dano moral no patamar de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). 4.Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso.

(TJ-PE - AGR: 2892991 PE 0023036-09.2012.8.17.0000, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, Data de Julgamento: 11/12/2012, 1ª Câmara Cível). Grifos

DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA EM RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. BLOQUEIO INDEVIDO DAS LINHAS TELEFÔNICAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CABIMENTO. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. VALOR MANTIDO. AGRAVO IMPROVIDO. 1.Insurge-se a Agravante contra a decisão terminativa que negou seguimento a recurso de apelação por ela interposto, por ser manifestamente improcedente e estar em confronto com jurisprudência desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça. 2.Não merecem prosperar as alegativas da agravante de que o bloqueio foi realizado por culpa do próprio agravado, isto porque aquela não comprovou, em momento algum, existir a incongruência dos dados do agravado que supostamente levaram ao bloqueio das linhas. Ademais, a verificação da documentação do autor deveria ter sido feita no momento em que este contratou os serviços da agravante, e não em momento posterior, de modo que não havia razão para o bloqueio das linhas. 3.O agravado faz jus a uma reparação em relação ao bloqueio indevido, devendo a agravante ressarcir os danos morais reconhecidos, na forma do art. 186 do novo Código Civil, cuja incidência decorre da prática de conduta ilícita, a qual se configurou no caso em tela, decorrente do inadimplemento injustificado da prestação devida, atitude abusiva na qual a agravante assumiu o risco de causar lesão à parte autora, mesmo de ordem extrapatrimonial, daí ensejando o dever de indenizar. Precedentes. 4.O arbitramento do quantum indenizatório em R\$8.000,00 (oito mil reais) observou os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não havendo razão para que seja alterado, mormente quando o bloqueio dos terminais adquiridos perdurou por cerca de três meses, tendo o serviço sido

ref



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

restabelecido apenas em razão da antecipação dos efeitos da tutela deferida pelo juiz de primeiro grau. 5. Agravo improvido. Decisão unânime. (TJ-PE - AGV: 2608475 PE 0005354-41.2012.8.17.0000, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 03/05/2012, 4ª Câmara Cível.) Grifos

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - MANUTENÇÃO DO DECISUM - INTERRUÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA - PARCELAS PAGAS PREVIAMENTE - DANO MORAL CONFIGURADO - OBRIGAÇÃO DE REPARAR - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - DESCABIMENTO - OBSERVADO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO.

(TJ-PE - APL: 607670720108170001 PE 0060767-07.2010.8.17.0001, Relator: Eduardo Augusto Paura Peres, Data de Julgamento: 17/05/2012, 6ª Câmara Cível). Grifos

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL - INTERRUÇÃO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - DIREITO CONSUMIDOR - ATO ILÍCITO DANO E NEXO CAUSAL COMPROVADOS - INDENIZAÇÃO MATERIAL E MORAL - REDUÇÃO - PROPORCIONALIDADE. Por unanimidade de votos, foi provido parcialmente o Apelo e negado provimento ao recurso adesivo, nos termos do voto da Turma.

(TJ-PE - APL: 9486020108170480 PE 0000948-60.2010.8.17.0480, Relator: Adalberto de Oliveira Melo, Data de Julgamento: 21/03/2012, 2ª Câmara Cível). Grifos

RESPONSABILIDADE CIVIL. SERVIÇO DE TELEFONIA. INTERRUÇÃO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. 1- A sentença reconheceu a existência de danos morais ao autor, tendo em vista falha na prestação de serviços de telefonia prestados pela ré, fixando o valor da indenização em R\$ 5.100,00. Há recurso do autor, que busca a majoração de tal montante, e recurso da ré, que nega a existência dos danos morais e concomitantemente pleiteia a redução do valor arbitrado. 2- A falha na prestação de serviços restou incontroversa nos autos, estando caracterizado o dano moral, diante da interrupção imotivada de serviços de telefonia pela ré, não se tratando de mero dissabor do dia-a-dia. 3- O valor da indenização arbitrado a título de danos morais tem por finalidade impor o fator desestimulante ou sancionatório para a ausência de prudência da fornecedora do serviço, que deu causa a situação ocorrida com a autora. O montante de R\$ 5.100,00 foi fixado em valor razoável, não se justificando a sua redução, nem sua majoração, pois não se trata de hipótese de protesto, nem inscrição indevida do nome da autora em cadastro de órgão de proteção ao crédito, situações que alcançam patamares indenizatórios mais elevados. 4- Recursos não providos.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

6

272  
M

(TJ-SP - APL: 149983720098260590 SP 0014998-37.2009.8.26.0590, Relator: Alexandre Lazzarini, Data de Julgamento: 09/11/2011, 18ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/11/2011). Grifos

Assim, a autora, faz jus à reparação estipulada em sede de sentença, devendo a apelante ressarcir os danos morais reconhecidos, na forma do art. 5º, incisos V e X da Constituição Federal e art. 186 do Código Civil.

No tocante ao valor da indenização, registre-se que o julgador, ao apreciar o caso concreto submetido a exame, fará a entrega da prestação jurisdicional de forma livre e consciente, à luz das provas produzidas. Verificará as condições pessoais e econômicas das partes, as peculiaridades de cada caso, o prejuízo sofrido pela vítima e os demais fatores concorrentes para a fixação do dano.

Nesse passo, a fixação do quantum reparatório advém de uma avaliação subjetiva do julgador, que deverá equilibrá-lo em patamar de razoabilidade, a fim de que não haja enriquecimento ilícito, nem, tampouco, resulte em condenação simbólica.

Cabe, pois, ao julgador dosar a indenização de maneira que, suportada pelo patrimônio do devedor, consiga no propósito educativo da pena, inibi-lo de novos atos lesivos, por sentir a gravidade e o peso da condenação; de outro lado a vítima, pelo grau de participação no círculo social e pela extensão do dano suportado, deve sentir-se razoável e proporcionalmente ressarcida.

O dano moral fixado no patamar de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) encontra-se aquém do fixado na jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça, entretanto mantenho-o, uma vez que não houve recurso por parte da autora, ora apelada, para a majoração do quantum.

Feitas essas considerações, e amparado no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso de apelação, para manter a sentença em todos os seus termos.

Publique-se.

Recife, 26 de março de 2014.

Des. Jones Figueirêdo Alves  
Relator

mf





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo a agravante, em suas razões, elementos aptos a modificar o posicionamento adotado.

Note-se, por fim, que *“não há falar em violação do princípio da colegialidade se a decisão monocrática foi proferida com fundamento no caput do artigo 557 do Código de Processo Civil, que franqueia ao relator a possibilidade de negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior”*. (AgRg no REsp 1347816/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 12/12/2013)

Posto isto, o meu voto é pelo improvimento do presente recurso, mantendo incólume a decisão definitiva ora vergasta.

Recife, 29.05.14

*Márcio Aguiar*  
Juiz Márcio Aguiar  
Relator Convocado